

Vaneça Distrito com autonomia

Em decisão importante, a Comissão de Sistematização do Congresso constituinte aprovou, na semana passada, a realização de eleições diretas para o governo do Distrito Federal, além da criação de uma Câmara Legislativa composta por deputados distritais. Os parlamentares mantiveram o texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral e concederam, finalmente, autonomia política, legislativa, administrativa e financeira a Brasília.

De fato, é injustificável não conceder maioridade jurídico-administrativa a um município, condenando-o a uma espécie de limbo, apenas por ser a sede do governo do país. Hoje, o Distrito Federal é uma unidade não vinculada a qualquer Estado da Federação, subordinada direta e unicamente à Presidência da República. Não possui Câmara Municipal ou Assembléia Legislativa. Vale dizer, toda uma população que reside e trabalha em Brasília permanece privada do exercício do voto, um direito elementar de cidadania.

Quanto aos argumentos dos que defendem a situação consagrada na

Carta em vigor, reduzem-se, na verdade, a apenas um, que não chega sequer a merecer a qualificação de especioso, tão evidente sua inconsistência: a questão da "segurança nacional", velha justificativa para arbitrariedades de todo o tipo. Segundo esta lógica, conferir autonomia ao Distrito Federal implicaria abrir espaço para conflitos de competência e mesmo para a instabilidade das instituições, em sentido amplo. Não é difícil perceber que este raciocínio lamentável, ao estabelecer uma incompatibilidade entre expressão da vontade popular e interesse nacional, conspira contra a própria idéia de democracia.

É disto, no fundo, de que se trata. Uma sociedade que se quer avançada e democrática não pode conviver com municípios manietados, habitados por semicidadãos, brasileiros de segunda categoria, privados da participação plena no processo político. E é justamente esta discriminação inaceitável, sinal inequívoco de subdesenvolvimento institucional, que o dispositivo aprovado pelos parlamentares da Comissão de sistematização vem, enfim, eliminar.